



## UGT participa na Jornada Mundial pelo Trabalho Decente

Em 07 de Outubro o movimento sindical internacional promoveu um dia de luta no mundo inteiro

A **UGT (União Geral dos Trabalhadores)** considera que essa data constitui-se numa oportunidade única para que os sindicatos e outras organizações interessadas na promoção do trabalho decente unam suas forças numa ampla mobilização global envolvendo um grande numero de pessoas e incluindo uma ampla gama de atividades.



Apesar dos avanços conquistados nos últimos anos, o mercado de trabalho brasileiro registra um elevado déficit de trabalho decente, com expressivo grau de desigualdade de gênero e raça, altas taxas de desemprego e informalidade, além de precariedade nas condições de trabalho.

Foram privilegiados três temas para as atividades da Jornada Mundial:



**1. Direitos no Trabalho:** O primeiro tema trata dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Entre tantas outras questões estão aqui os direitos fundamentais à sindicalização, à negociação coletiva e à proteção frente à discriminação, ao trabalho forçado e ao trabalho infantil, assim como o direito a um local de trabalho com saúde e segurança.



**2. Solidariedade:** O segundo tema é o da solidariedade, focado em uma ação prática de cooperação entre entidades irmãs de diferentes países. São as atividades de apoio aos sindicatos vítimas de ataques por parte de governos ou de empregadores, assistência prática aos sindicatos que necessitam ajuda em suas campanhas ou que tentem

organizar trabalhadores e trabalhadoras.

**3. Um fim na pobreza e nas desigualdades:** Esse tema aborda a campanha mundial contra a pobreza, assim como questões de comércio global, ajuda e investimentos.

A **UGT** coerente com sua Declaração de Princípios, onde defende a unidade no sindicalismo e o direito à livre associação e organização, visando a construção de um novo projeto social, pacífico, justo e democrático, centrado no ser humano e capaz de oferecer respostas e propostas aos problemas nacionais, chama suas afiliadas para que participem ativamente da Jornada Mundial pelo Trabalho Decente.

**UGT convoca a todos para o dia 10 de outubro, que será a vez do Brasil fazer a sua marcha pelo trabalho decente**

Por conta das eleições municipais, não foi possível a **UGT** e as centrais sindicais realizar a marcha dentro da jornada mundial pelo trabalho decente, no dia 07 de outubro.

A marcha no Brasil será no próximo dia 10 de outubro (sexta-feira), com início às 10:00 horas, com uma concentração na Praça Ramos de Azevedo.

Em seguida os militantes e dirigentes sindicais sairão em marcha para a frente da Superintendência Regional do Trabalho de São Paulo (DRT) ocasião onde serão abordados pelos representantes das centrais sindicais os eixos da marcha, que foram adotados mundialmente.

Artigo do Presidente da UGT aborda a Rodada de Doha:

## ... mais sonho que realidade

O colapso da Rodada Doha só decepcionou a quem se deixou levar pelas sugestões, tão ingênuas quanto ilusórias, de que as negociações no plano da diplomacia seriam passíveis de revolver interesses econômicos sedimentados e promover significativo revigoramento do desenvolvimento econômico mundial, com especial ênfase no atendimento dos mais pobres. Mitos que só serviram ao glamour e ao eventual marketing político de algumas instituições e de alguns personagens.

O atual regime de comércio mundial já é o mais liberal da história. Não por causa da OMC ou de outros acordos anteriores no âmbito do antigo GATT, mas sim porque os interesses dos países mais poderosos, da "real politik" comercial, assim o conformaram. A diplomacia joga papel perfunctório na determinação dos fluxos comerciais. Só aparenta definir alguma coisa quando acomoda a aceitação dos interesses dominantes junto aos países que não dispõem de outra alternativa. Quando isso não acontece, qualquer diretriz pré estabelecida em acordo de intenção acaba sendo traída na prática, em função da força política interna que demonstrarem os segmentos sócio-econômicos afetados. Os expedientes adotados para burlar os acordos são criativos e inesgotáveis. Percorrem trilhas não tarifárias onde se levantam barreiras sanitárias, ecológicas, humanitárias e sabe-se lá o que mais.

Assim, não se poderia imaginar que algo pudesse ser diferente na mais recente etapa negociada da rodada Doha, em Genebra. A proposta de se rebaixarem alíquotas de produtos da indústria de transformação em troca da eliminação de subsídios à agricultura esbarrou no poder dos lobbies agrícolas americanos e, de forma mais imediata, na recusa da Índia em aceitar regras que poderiam sacrificar seus pequenos proprietários agrícolas.

Além do que, era duvidosa a expectativa de que uma redução daqueles subsídios pudesse mitigar a pobreza mundial. Pois, se, de um lado, o aumento de preços dos produtos agrícolas viabilizaria produção e renda aos países pobres potencialmente exporta-dores, de outro lado, este aumento no preço dos alimentos penalizaria sobremaneira as populações consumidoras de baixa renda, geralmente situadas nas periferias urbanas do resto do mundo em desenvolvimento.

Tudo isso ainda relativizado pelo fato de que seria muito pequena a influência da eliminação dos subsídios nos preços dos alimentos se comparada com as forças de mercado que jogam papel muito mais relevante na oscilação das cotações. Seria, assim, muito provável que qualquer influência derivada de redução naqueles subsídios fosse tragada pela volatilidade de oscilação a que esses mercados

estão sujeitos em função de fatores de muito maior peso na determinação dos preços.

O Brasil não depende da rodada Doha para incrementar seu desenvolvimento. Pode continuar a abrir e desenvolver mercados junto a novos países, individualmente, como tem feito. Melhoraria ainda mais sua performance se cumprisse com muitas tarefas de cunho doméstico, ainda por fazer e que lhe ampliariam ainda mais o espaço no comércio internacional. Tarefas que dizem respeito ao saneamento e rastreamento de produtos e a estratégias de incentivo creditício e fiscal para maior transformação e agregação de valor em nossas exportações.

Já o resto do mundo, doa a quem doer, deve continuar caminhando mais ou menos da mesma forma como caminhou até agora, com Doha ou sem ela.



**Para Ricardo Patah,  
Presidente da União  
Geral dos  
Trabalhadores, o  
Brasil não depende  
da rodada Doha para  
incrementar seu  
desenvolvimento**

## UGT repercute estudo sobre crescimento econômico e geração de trabalho decente

A **União Geral dos Trabalhadores (UGT)** concorda com os resultados de uma pesquisa que avaliou situação do trabalho no Brasil e luta para mudar essa situação.

O combate à pobreza e à concentração de renda depende do crescimento econômico. Entretanto, esse crescimento não é uma condição suficiente para a geração de postos de trabalho de qualidade, avalia o diretor do escritório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) no Brasil, **Renato Baumann**.

Durante o lançamento do estudo *Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente - A Experiência Brasileira Recente*, ele destacou que condições de trabalho decentes contribuem para o bem-estar social e representam um dos indicadores do desenvolvimento humano.

**Kim Buldoc**, representante-residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) no Brasil, afirma, entretanto, que o mundo se mostra cada vez mais desigual e que as estatísticas “camuflam” a miséria e a desigualdade. Para ela, o objetivo do estudo é posicionar o ser humano no centro da análise do desenvolvimento e garantir que a economia apresente ações efetivas na vida das pessoas, revelando “uma face humana” do mercado de trabalho.

Um dos destaques negativos da pesquisa, segundo Kim, são as altas taxas de desemprego, sobretudo entre mulheres, negros e jovens, “aumentando as desigualdades e reduzindo as escolhas”. Ela acredita que o estudo demonstra a necessidade de adaptar as políticas econômicas a políticas públicas de qualidade, uma vez que o trabalho deve ser considerado “o meio mais sustentável para uma vida digna e produtiva”.

Laís Abramo, diretora do escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, explica que, ao contrário do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), não existe uma definição precisa de quais seriam os indicadores de trabalho decente.

“Se compararmos a situação de 2006 com a de 1992, houve melhoria em quase todos os indicadores mas persistem déficits de trabalho decente. O que chama a atenção é a grande diferença das taxas de desemprego em termos de gênero e raça. O desemprego continua sendo feminino, negro, jovem e urbano.”

Dados do estudo, segundo ela, revelam que em 2006 as mulheres recebiam 70% do que recebiam os homens – em 1992, a quantia representava pouco mais de 60%. A persistência do trabalho infantil no Brasil também foi alvo de críticas dos

especialistas durante o evento.

“O trabalho infantil significa impossibilidade de trabalho decente na vida adulta. Há um indicador muito forte de um ciclo vicioso entre o trabalho infantil e a pobreza. É algo que confina e condena a uma trajetória de trabalho não decente.”

O diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Márcio Porchman, destacou a dificuldade de se construir no país um marco regulatório.

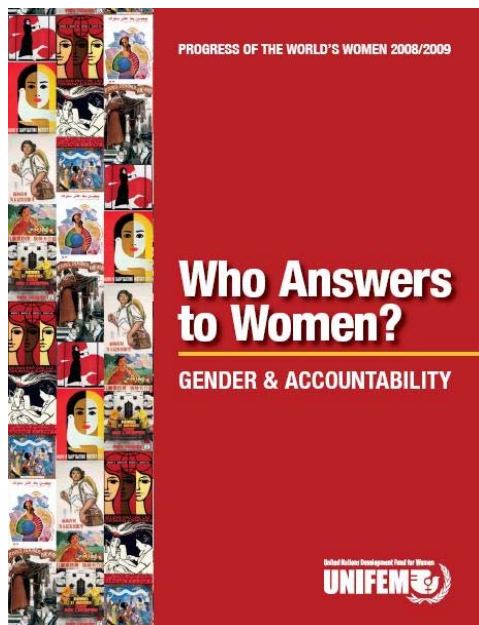
“Diante de situações tão díspares, continua sendo um desafio para o Brasil. Uma parte significativa dos nossos jovens não tem escolha e ingressa cedo no mercado, com baixa escolaridade, comprometendo seu futuro. O mercado de trabalho é um instrumento de reprodução da desigualdade.” (*Paula Laboissière, Repórter da Agência Brasil, 08.09.2008*)

O Secretário Geral da **União Geral dos Trabalhadores (UGT)**, Canindé Pegado, considerou o estudo uma importante contribuição para a luta da entidade em prol do trabalho decente no Brasil.

Leia aqui o estudo completo: [Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente – A experiência brasileira recente \(arquivo zipado\)](#)



## O Progresso das Mulheres do Mundo



O **Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM)** lança o relatório "Progresso das Mulheres do Mundo 2008/2009, Quem responde às Mulheres? Gênero e Prestação de Contas"

O Documento afirma que Governos e Organizações Multilaterais devem se esforçar mais para dar respostas às mulheres em relação aos compromissos assumidos.

O Progresso das Mulheres do Mundo 2008/2009 fornece dados sobre a desigualdade de gênero no mundo, aponta desafios que ainda persistem e boas práticas para se alcançar a equidade de gênero, além de fazer uma avaliação de cada um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio a partir de uma perspectiva de gênero em cinco áreas-chave em que ações urgentes são necessárias para se fortalecer a prestação de contas para as mulheres:

- política e governança,
- acesso a serviços públicos,
- oportunidades econômicas,
- justiça
- distribuição de assistência internacional para o desenvolvimento e a segurança.

### Secretária da Mulher da **UGT** avalia pesquisa sobre situação das mulheres brasileiras

Embora a diferença entre ricos e pobres tenha caído nos últimos anos, as desigualdades sociais que afetam mulheres e negros seguem em patamares muito elevados. A informação é da secretária-adjunta, da Secretaria da Mulher, da **UGT**, Rosane Sasse ao comentar dados do governo federal sobre a diferença de rendimento entre mulheres e homens. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) aponta que em 2007 o rendimento médio real das mulheres correspondia a 66,1% da remuneração média masculina, bem inferior que nos anos anteriores como em 2005 que correspondia a 65,6%.

A Secretária-Adjunta da **UGT** informa que, mesmo que entre os avanços do mercado brasileiro estejam o aumentando das taxas de participação e ocupação das mulheres no mercado e a diminuição da desigualdade nos rendimentos em relação aos homens, "essa evolução ainda não provocou mudanças tão efetivas nas condições de vida das mulheres e negros, que constituem a maioria da população brasileira", explica a dirigente. "Segundo Rosane, os indicadores educacionais mostram que as mulheres apresentam melhores condições do que os homens, entretanto essa vantagem não se traduz em cargos de melhor qualificação e em maiores salários".

O próprio IBGE admite que a diferença de rendimentos entre mulheres e homens ainda é grande. A pesquisa constata que em 2005 a taxa estava em torno de 64,5% contra 63,5% de 2004. O levantamento considera tanto as pessoas com renda, quanto as sem renda e as maiores diferenças de 2007 foram observadas entre aqueles que trabalham por conta própria.

Para Rosane Sasse, que também é a vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário, Fiação, Tecelagem e Artefatos de Couro de Jaraguá do Sul e Região, em Santa Catarina, é preciso levar em conta o aumento significativo no número de lares chefiados por mulheres, o que aumenta a necessidade de valorização da mão-de-obra feminina. Ela cita que a **CSI** (Confederação Sindical Internacional) está encabeçando uma campanha sobre "Trabalho Decente, Vida Decente para a Mulher", "e a UGT fará um recorte importante na questão da equidade salarial, que representa ainda um grande desafio para a conquista da igualdade de gênero", conclui a Secretária-Adjunta, da Secretaria da Mulher, da **UGT**.





## UGT participou do encontro Ibero-Americano em Madri

A UGT participou do II Encontro Ibero-Americano de Interlocutores Sociais, que se realizou de 21 a 23 deste mês no Hotel Husa Princesa, em Madri (Espanha). O Secretário de Políticas Públicas, **Valdir Vicente de Barros** representou a entidade no encontro.

Os 22 países iberoamericanos assinaram o Memorando de Entendimento entre a Secretaria Geral Iberoamericana (SEGIB) e as organizações empresariais e sindicais para a criação de espaço de diálogo para tentar eliminar as desigualdades sociais existentes entre esses países.

O Encontro reuniu os mais altos representantes das organizações sindicais e empresariais iberoamericanas e outras autoridades, entre eles **Enrique V. Iglesias**, Secretário Geral Ibero-Americano, **Victor Báez**, Secretário Geral da Confederação Sindical das Américas (CSA), **Daniel Funes de Rioja**, Vice-Presidente Executivo da Organização Internacional de Empreendedores e **Juan Pablo de Laiglesia**, Diretor da Agência Espanhola para a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e **Celestino Corbacho**, Ministro do Trabalho e Imigração, da Espanha.

## Secretário Nacional da UGT defende moeda única no Mercosul

O funcionamento do Sistema de Pagamento em Moeda Local (SML), no âmbito do acordo entre Brasil e Argentina, para a liquidação de dívidas com o uso de moedas locais pode ser o primeiro passo para a adoção de uma moeda única entre os países integrantes do Mercosul. A informação é do sindicalista **Valdir Vicente de Barros**, Secretário de Políticas Públicas da UGT (União Geral dos Trabalhadores) Nacional. "Entendo que as transações em moedas argentinas e brasileiras possam ser um passo decisivo para a implantação de uma moeda exclusiva para as nações que fazem parte do Mercosul", diz Vicente. O acordo Brasil-Argentina passa a valer a partir do próximo dia 3 de outubro.



Conforme a Resolução 3.608, o SML é um sistema informatizado por meio do qual podem ser feitas transferências de fundos relativas ao recebimento de receitas de exportações brasileiras para a Argentina e ao pagamento de importações brasileiras da Argentina, em reais e em pesos argentinos respectivamente. O Secretário de Políticas Públicas da UGT, que também representa a central sindical junto ao Mercosul, disse que na Europa começou dessa forma até o surgimento do Euro. Ainda, Vicente acha que esse tipo de acordo deveria ser expandido para os demais países do Mercosul, "e que se chegue também a um acordo com vistas à livre circulação de trabalhadores", concluiu.

Pelo acordo entre os dois países, cabe ao Banco Central consolidar diariamente os valores referentes aos pagamentos e recebimentos processados no SML com o Banco Central da República da Argentina, pelo seu equivalente em dólares dos Estados Unidos, apurando o valor líquido a ser transferido pelo banco central devedor.

O assunto ainda não debatido dentro da UGT já merece uma reflexão.



O **UGT Global** é o Boletim de Informação Internacional da União Geral dos Trabalhadores.

A UGT é uma organização sindical constituída para defender os trabalhadores brasileiros através de um movimento sindical amplo, cidadão, ético, solidário, independente, democrático e inovador.

Rua Formosa, 367 - 24º andar Centro CEP 01049-000 -  
Fone: 55 (11) 2111-7300 Fax: 55 (11) 2111-7301

São Paulo - SP  
e-mail: [ugt@ugt.org.br](mailto:ugt@ugt.org.br)